5140015-4, na condição de gestor titular e NATHÁLIA DO NASCI-MENTO BARBOSA, ID Funcional nº 5110040-1, na condição de ges-

FISCAIS TITULARES: MARCELO BORGES SILVA, ID Funcional no 5125767-0; JOÃO VITOR DOS SANTOS BONIFACIO, ID Funcional no 5135839-5; CLEYTON WILLIAN ALMEIDA CABRAL, ID Funcional nº 5135839-5; CLEYTON WILLIAN ALMEIDA CABRAL, ID Funcional nº 5149065-0, pela Coordenadoria de Guarda e Conservação e MARJORIE SAMPAIO DA FONSECA, ID Funcional nº 5143317-6, pela Coordenadoria de Transportes, sob a presidência do primeiro. FISCAL SUPLENTE: FABIANA FERREIRA DA CRUZ, ID Funcional nº 5143317-1 ALMEDIO

2645013-5, pela Coordenadoria de Guarda e Conservação e MARCI-LENE ALVES LOMBARDO PEREIRA, ID Funcional nº 5082381-7. Art. 2º - O gestor e os fiscais ora designados deverão observar e

cumprir as regras estabelecidas pelo Decreto Estadual  $n^{\circ}$  45.600, de 16 de março de 2016, que regulamenta a gestão e a fiscalização das contratações no âmbito do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro, especialmente, os artigos 12 e 13 da referida norma, bem como o disposto na Resolução SECC nº 28, de 01 de março de 2021, que estabelece normas internas relativas à atuação do gestor e fiscais de contratos no âmbito da Secretaria de Estado da Casa Civil.

Art. 3º - O gestor e os fiscais ora designados deverão realizar curso de gestão e fiscalização de contratos e, posteriormente apresentar o respectivo certificado à Superintendência de Recursos Humanos.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as Portarias SECC/SUPCC nº 685/2025 e nº 806/2025.

Rio de Janeiro, 01 de setembro de 2025.

DÉBORA PEÇANHA GONÇALVES Superintendente de Contratos e Compras

ld: 2675077

# SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL SUBSECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS

# DESPACHOS DO SUBSECRETÁRIO

PROCESSO Nº SEI-E-03/008/3398/2019 - MAIZA CARLA NEVES SILVA, ID Funcional 50078453, Professor Docente I -18 horas, vínculo 2 (SEEDUC) e Professor de Ensino Fundamental, matrícula 302.417-1

PROCESSO Nº SEI-030001/060069/2025 - SANDRO GROSSI NASCIMENTO, ID Funcional 42052165, Professor Docente I - 18 horas, vínculo 1 (SEEDUC) e Professor de Educação Basica, matrícula 1065872-2 (Governo do Estado de Minas Gerais).

PROCESSO Nº SEI-030001/016086/2025 - STEPHANY DE OLIVEIRA GALVAO, ID Funcional 43853862, Professor Docente I - 18 horas, vínculo 1 (SEEDUC) e Professor I-D19, matrícula 1195150 (Prefeitura Municipal de Teresopolis).

PROCESSO Nº SEI E-03/3910256/2002 - MOEMA VIEGAS CHAVES, ID. Funcional 37200135, Professor Docente I - 18 horas, vínculo 1 (SEEDUC) e Professor de História 5ª a 8ª. serie, matrícula 01887201 (Prefeitura Municipal de Itaocara).

PROCESSO Nº SEI-030001/017963/2025 - GUSTAVO MARTINS DE ANDRADE, ID Funcional 50970020, Professor Docente I - 18 horas, vinculo 1 (SEEDUC) e Professor I, matrícula 993213-5/1 (Prefeitura

PROCESSO Nº SEI-E-03/11202330/2009 - RACHEL COUTO APOLINARIO MONSORES DA MOTTA, ID Funcional 42527945, Professor Docente I - 18 horas, vínculo 1 (SEEDUC) e Prof I-Geografia, matrícula 247.009-4 (Prefeitura Rio).

PROCESSO Nº SEI-030001/049951/2025 - CARLA MARQUES DA SILVA, ID Funcional 41901703, Professor Docente I - 18 horas, vínculo 4 (SEEDUC) e Prof I-Matemática, matrícula 256.699-0 (Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro).

PROCESSO Nº SEI-E-03/005/2236/2014 - EDILAINE PAIVA DOS SANTOS, ID Funcional 50240463, Professor Docente I - 18 horas, vínculo 1 (SEEDUC) e Professor Docente I - 30 horas, vínculo 2

PROCESSO Nº SEI-E-03/004/2370/2014 - MARIA SILVANIA ALMENARA DA SILVA AZEREDO, ID Funcional 42526329, Professor Docente I - 18 horas, vínculo 1 (SEEDUC) e Professor Docente I - 30 horas, vínculo 2 (SEEDUC)

PROCESSO Nº SEI-E-03/014/3178/2013 - LEANDRO LOPES DO NASCIMENTO, ID Funcional 43790011, Professor Docente I - 18 horas, vínculo 1 (SEEDUC) e Professor Docente I - 30 horas, vínculo 2 (SEEDUC)

PROCESSO Nº SEI-030001/024064/2025 - ALEXANDER TAVARES PIRES, ID. Funcional 50182102, Professor Docente I - 18 horas, vínculo 1 (SEEDUC) e Professor de Ensino Fundamental, matrícula 345.966-6 (Prefeitura do Rio de Janeiro).

PROCESSO Nº SEI-030034/001274/2022 - CRISTIANE FIGUEIREDO DE OLIVEIRA DOS SANTOS, ID Funcional 42732395, Professor Docente I - 18 horas, vínculo 1 (SEEDUC) e Professor Docente I, matrícula 22861 (Prefeitura Municipal de Itaborai).

PROCESSO Nº SEI-030001/034589/2025 - PAULA FARIA DOS SANTOS, ID. Funcional 43896146, Professor Docente I - 30 horas, vínculos 2 e 3 (SEEDUC).

PROCESSO Nº SEI-030001/085443/2024 - FERNANDA CRISTINA FREITAS DIAS, ID Funcional 44238258, Professor Docente I - 18 horas, vínculo 1 (SEEDUC) e Professor de Educação Básica, matrícula 1143143-4 (Governo do Estado de Minas Gerais).

PROCESSO Nº SEI-E-03/006/439/2019 - MARCUS VINICIUS ANTUNES DA COSTA, ID Funcional 43537472, Professor Docente I - 18 horas, vínculo 3 (SEEDUC) e Professor I, matrícula 121785-2/1 (Prefeitura Municipal

PROCESSO Nº SEI-E-03/11300867/2009 - DANIELE BASTOS SUTIL, ID Funcional 42123720, Professor Docente I - 18 horas, vinculo 4 (SEEDUC) e Prof. Geografia - LP, matrícula 11146-5/1 (Município de

PROCESSO Nº SEI-E-03/11203549/2012 - MARCOS ANDRE DANTAS MACHADO, ID Funcional 42583306, Professor Docente I - 18 horas, vínculo 2 (SEEDUC) e Professor Docente I - 30 horas, vínculo 4 (SEEDUC).

PROCESSO Nº SEI-030001/104297/2024 - ALEXANDRE DIB PORTO. ID Funcional 41373510, Professor Docente I - 18 horas, vínculo 2 (SEEDUC) e Professor I, matrícula 2763 (Prefeitura Municipal de Man-

PROCESSO Nº SEI-E-03/10600912/2010 - DANIELE COZENTINO DE ALBUQUERQUE, ID Funcional 43175279, Professor Docente I - 18 horas, vínculo 2 (SEEDUC) e Professor C I-K, matrícula 39326 (Prefeitura Municipal de Macaé).

PROCESSO Nº SEI-030001/083203/2024 - MARCIA APARECIDA PERROTTI DE LIMA ANDRADE, ID. Funcional 33349932, Professor Docente II, vínculo 1 (SEEDUC) e Prof. QF Nivel e Ref 10, matrícula 15421 (Prefeitura Municipal de Nova Friburgo).

PROCESSO Nº SEI-E-03/007/25/2014 - MARIA VALDIZA ROGERIO DA SILVA, ID Funcional 41821840, Professor Docente I vínculo 4 (SEEDUC) e Professor de Ensino Fundamental, matrícula 341.185-7 (Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro).

LÍCITA a acumulação de cargos pelos servidores conforme dispõe o artigo 37, inciso XVI, alínea "a". da CRFB/1988.

ld: 2674954

### ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

#### COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

# ATO DO CHEFE DE GABINETE DE 20/08/2025

DESIGNA CELSO SOARES SILVA, Agente de Saneamento I, como Presidente, MARCOS ABI RAMIA CHIMELLI, Engenheiro D e IURI LIMA PORTO, Assessor V, como Membros Titulares e MARCO AURELIO LIMA MARQUES, Agente de Administrativo F, como Membro Suplente. Gerente do Contrato DAMIAO BARBOSA, Agente Administrativo F, bem como MARCIO MONTEIRO DE AZEVEDO, Técnico de Contabilidade II, como Suplente para constituirem Comissão de Fistrativo F, bem como MARCIO MONTEIRO DE AZEVEDO, Tecnico de Contabilidade II, como Suplente para constituírem Comissão de Fiscalização referente a "PRESTAÇÃO, POR EMPRESA ESPECIALIZADA, DO SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS DE SERVIÇO E DE REPRESENTAÇÃO HÍBRIDOS, SEM FORNECIMENTO DE CONDUTORES OU COMBUSTÍVEL, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DOS ÓRGÃOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO" - Processo nº SEI-150017/011698/2024. Ordem de Serviço P/FIS nº 32.927-00 - Contrato CEDAE n.º 037/2025 (DFI).

ld: 2674903

#### COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

#### ATO DO CHEFE DE GABINETE DE 29/08/2025

DESIGNA RODRIGO NEVES SOARES. Analista Qualidade D. como Presidente, JOICE BARBOZA BORTOLUZZI, Técnica Laboratório IV e ALINE SILVA DE AZEVEDO, Técnica Laboratório III, como Membras Titulares e MEYRILANE TELLES DE MENDONCA, Agente de Saneamento G, como Membra Suplente. Gerente do Contrato DEBO-RA ARAUJO DIAS, Analista Qualidade E, bem como JOSE ALEXAN-DRE SILVA DOS SANTOS, Técnico Eletromecânica II, como Suplente para constituírem Comissão de Fiscalização referente a "AQUISIÇÃO DE SISTEMA DE CROMATOGRAFIA IÔNICA (IC) PARA O LABORA-TÓRIO DE ANÁLISES AMBIENTAIS E PESQUISA APLICADA DA DDC" - Processo nº SEI-150001/021866/2023. Ordem de Serviço P/FIS nº 32.925-00 - Contrato CEDAE nº 103/2025 (DDC).

ld: 2675012

### COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

# ATO DO CHEFE DE GABINETE DE 29/08/2025

DESIGNA HEDMILTON MOURAO CARDOSO, Assessor I, como Presidente, MAGNO NEVES FONSECA, Assessor III e KARINA FERRA-REZ PESSANHA DE SOUZA, Assessora IV, como Membros Titulares, ANDRE EUGENIO DOS SANTOS, Contador E e BRUNO FERREIRA DE OLIVEIRA, Economista F, como Membros Suplentes. Gerente do Contrato GABRIEL ALVES FARIAS, Assessor IV, bem como LUIZ OCTAVIO MARTINS MENDONCA, Assessor II, como Suplente para constituírem Comissão de Fiscalização referente a "CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA PARA DESENVOLVIMENTO DE ES-DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA PARA DESENVOLVIMENTO DE ESTUDOS, ANÁLISES PRELIMINARES, AVALIAÇÃO, ESTRUTURAÇÃO E EXECUÇÃO DE EVENTUAL PROJETO VOLTADO AO FORTÁLE-CIMENTO DA ESTRUTURA DE CAPITAL DA CEDAE" - Processo nº SEI-150001/023473/2023. Ordem de Serviço P/FIS nº 32.928-00 - Contrato CEDAE nº 105/2025 (DPR).

### DEPARTAMENTO DE DETRÂNSITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO DIRETORIA GERAL DE HABILITAÇÃO

# **DESPACHOS DO DIRETOR GERAL**

PROCESSO Nº SEI-150016/135011/2025 - DETERMINO O Cancelamento da Carteira Nacional de Habilitação, Registro Nacional nº 5365248047, em nome de SAUL GOMES CHRISTON, por solicitação de seu titular, nos termos do Art. 6º-A da Resolução CONTRAN nº de seu titular, nos termos do Art. 6º-A da Resolução CONT 789/2020 (alterada pela Resolução CONTRAN nº 1.009/2024).

## DE 01.09.2025

PROCESSO Nº SEI-150068/002100/2022 - DETERMINO a cassação PROCESSO Nº SEI-150068/002100/2022 - DETERMINO a cassação da carteira nacional de habilitação, nos termos do artigo 263, III da Lei 9.503/97 (CTB), expedida em nome de Eduardo Nogueira Ribeiro, registro 1405007646, levando-se em consideração o prazo de dois meses e dez dias de suspensão de sua habilitação para conduzir veículo automotor JÁ INTEGRALMENTE CUMPRIDO, conforme SENTENÇA PENAL CONDENATÓRIA, PROCESSO Nº 0002022-11.2017.8.19.0073, transitada em julgado em 12/03/2021; a aplicação do disposto no artigo 268, inciso IV, do Código de Trânsito Brasileiro, devendo o condutor submeter-se ao curso de recidaçem; a submêter-se ao curso devendo o condutor submeter-se ao curso de reciclagem; a submis-são a novos exames (I - de aptidão física e mental, II - avaliação psicológica, III - escrito, sobre legislação de trânsito, e IV - de direção veicular, realizado na via pública, em veículo da categoria para a qual estiver habilitado), conforme estabelecido no art. 160, caput, do Código de Trânsito Brasileiro com a regulamentação da Resolução CON-TRAN nº 300/2008; a entrega da Carteira Nacional de Habilitação pelo condutor, no prazo de até 05 (cinco) dias, para cumprimento deste ato se ainda não o houver realizado

PROCESSO Nº SEI-150016/154791/2025 - DETERMINO a cassação PROCESSO Nº SEI-150016/154791/2025 - DETERMINO a cassação da carteira nacional de habilitação, nos termos do artigo 263, III da Lei 9.503/97 (CTB), expedida em nome de FERNANDO DO CANTO SOUZA (Registro Nacional n.º 78458741), levando-se em consideração o prazo de 3 (três) meses, conforme SENTENÇA PENAL CONDENATÓRIA, PROCESSO n.º 0000290-60.2019.8.19.0061, transitada em julgado em 08/08/2022; a aplicação do disposto no artigo 268, inciso IV, do Código de Trânsito Brasileiro, devendo o condutor submetra consumente a consegura de la processor de la consegura de la conseg ter-se ao curso de reciclagem; a submissão a novos exames (I - de aptidão física e mental, II - avaliação psicológica, III - escrito, sobre legislação de trânsito, e IV - de direção veicular, realizado na via púlica, em veículo da categoría para a qual estiver habilitado), conforme estabelecido no art. 160, caput, do Código de Trânsito Brasileiro com a regulamentação da Resolução CONTRAN n.º 300/2008; a entrega da Carteira Nacional de Habilitação pelo condutor, no prazo de até 05 (cinco) dias, para cumprimento deste ato, se ainda não o hou-

PROCESSO Nº SEI-150016/155522/2025 - DETERMINO a cassação da carteira nacional de habilitação, nos termos do artigo 263, III da Lei 9.503/97 (CTB), expedida em nome de LEONARDO DA SILVA GONCALVES (Registro Nacional n.º 2852219970), levando-se em consideração o prazo de 02 (dois) anos e 08 (oito) meses, conforme SENTÉNÇA PENAL CONDENATÓRIA, PROCESSO n.º 0011156-32.2019.8.19.0028, transitada em julgado em 14/05/2025; a aplicação do disposto no artigo 268, inciso IV, do Código de Trânsito Brasileiro, devendo o condutor submeter-se ao curso de reciclagem; a submissão a novos exames (I - de aptidão física e mental, II - avaliação psicológica, III - escrito, sobre legislação de trânsito, e IV - de direção veicular, realizado na via pública, em veículo da categoria para a qual estiver habilitado), conforme estabelecido no art. 160, caput, do Codigo de Trânsito Brasileiro com a regulamentação da Resolução CON TRAN nº 300/2008; a entrega da Carteira Nacional de Habilitação pelo condutor, no prazo de até 05 (cinco) dias, para cumprimento deste ato, se ainda não o houver realizado.

### SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL FUNDAÇÃO CENTRO ESTADUAL DE ESTATÍSTICAS, PESQUISAS E FORMAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO RIO DE JANEIRO

# DESPACHO DA PRESIDENTE

PROCESSO Nº SEI-150011/000293/2025 - DEFIRO, com fundamento no Decreto Estadual 48.244/2022, Resolução SECC 91/2023, a conversão em pecúnia de 1 (um) período(s) aquisitivo(s) de férias, perfazendo um total de (30) trinta dias de férias proporcionais não go-zadas, do período aquisitivo de 01/10/2024 a 12/08/2025. Exoneração em 12/08/2025, publicada em D.O. de 18/03/2025, em favor do (a) servidor (a) THALLYTA ACCIOLY SOUZA DO NASCIMENTO, Id. Funcional nº 5135644-9, ocupante do cargo de Assistente I e RECONHE-ÇO A DÍVIDA, de acordo com a Certidão 35/2025, expedida pela Co-ordenadoria de Gestão de Pessoal, no valor total de R\$ 4.622,22 (quatro mil seiscentos e vinte e dois reais e vinte e dois centavos), observando-se a disponibilidade orçamentária desta Fundação.

ld: 2674869

### Secretaria de Estado de Governo

# SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO SUBSECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

#### ATO DO SUBSECRETÁRIO

PORTARIA SEGOV/SUBADM Nº 60 DE 14 DE AGOSTO DE 2025

DESIGNA SERVIDORES PARA COMPOR A COMISSÃO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO.

O SUBSECRETÁRIO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEI-RA, no uso das atribuições legais, tendo em vista o que consta no processo administrativo SEI-420001/002545/2022, e

#### **CONSIDERANDO:**

- o disposto no art. 58. inciso III. da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, o qual estabelece o dever-poder de a Administração Pública fiscalizar a execução dos contratos administrativos;
- o disposto no art. 67 e parágrafos da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 que determina que a fiscalização da execução do contrato administrativo far-se-á por representantes da Administração Pública, especialmente designados;
- o disposto no art. 6º do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de mar-
- o disposto no Processo nº SEI-420001/002545/2022, o qual indica servidores para compor a Comissão de Gestão. Acompanhamento e Fiscalização;

#### **RESOLVE:**

Art.1º- Designar os servidores abaixo relacionados para compor a Comissão de Gestão e Fiscalização do Contrato SEGOV nº 002/2023 firmado entre SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO e a CS BRA-SIL FROTAS S/A.

Titular: Carolina Marie Martins de Melo Vieira Gomes, ID. Funcional  $n^{\rm o}$  5140637-3

Suplente: Ana Lúcia Raquel Vieira Góes Pontes, ID. Funcional nº 5117607-6. Fiscais:

- Para a Operação Segurança Presente 1º Fiscal: Mauricio Meyer Beniste, ID Funcional nº 5087564-7; 2º Fiscal: Márcia Cristina Mendes da Fonseca Doria, ID Funcional nº
- 3º Fiscal: Eduardo Souza de Moura Júnior, ID Funcional nº 5107399-Fiscais Suplentes:
- 1º Suplente: Giovanna Fernandes Alevato, ID Funcional nº 5159048-
- Suplente: Fernanda Feitosa da Silva, ID Funcional nº 5014861-3.
- Para o Programa RJ Para Todos 1º Fiscal: Leandro da Silva Maciel, ID Funcional nº 5141842-8; 2º Fiscal: Marco Antônio Freitas, ID Funcional nº 5151149-5;
- 3º Fiscal: Marina Andrade da Silva, ID Funcional nº 5150393-0.
- 1º Suplente: José Antônio da Silva, ID Funcional nº 5144957-9.
- Art. 2º- O gestor e os fiscais ora designados deverão observar e cumprir as regras estabelecidas pelo Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016, que regulamenta a gestão e a fiscalização das contratações no âmbito do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro, especialmente, os artigos 12 e 13 da referida norma
- Art.3º- O gestor e os fiscais ora designados deverão realizar curso de gestão e fiscalização de contratos caso ainda não tenham feito, e posteriormente apresentar o respectivo certificado à Coordenadoria de

Art.4º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 14 de agosto de 2025

RICARDO CARDOSO DOS SANTOS Subsecretário de Gestão Administrativa e Financeira

ld: 2675057

# Secretaria de Estado de Fazenda

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

ATO DO SECRETÁRIO E DO PROCURADOR-GERAL

### RESOLUÇÃO CONJUNTA SEFAZ/PGE Nº 66 DE 29 DE AGOSTO DE 2025

DISCIPLINA O PROCEDIMENTO PREVISTO NO DECRETO Nº 48.889/2024, QUE REGULA-MENTA O PARCELAMENTO DE DÉBITOS FIS-CAIS DOS DEVEDORES EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, CONFORME PREVISÃO CONTIDA NA LEI Nº 9.733/2022

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE FAZENDA E O PROCURADOR-**GERAL DO ESTADO**, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no art. 15 do Decreto nº 49.889, de 10 de janeiro de tendo em vista o que consta no processo nº SEI-140017/016259/2023.

RESOLVEM:

## CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES COMUNS A DÉBITOS INSCRITOS E NÃO INS-CRITOS EM DÍVIDA ATIVA

#### Seção I Disposições gerais

Art. 1º - Esta Resolução Conjunta estabelece normas procedimentais relativas aos requerimentos de parcelamento de débitos tributários e não tributários dos devedores em recuperação judicial, regulamentados pelo Decreto nº 49.889, de 10 de janeiro de 2024, instituídos pela Lei nº 9.733, de 26 de junho de 2022, que estejam sob a compe-tência de cobrança da Secretaria de Estado de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro (SEFAZ/RJ) ou da Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro (PGE/RJ).

§1º - Os débitos de que trata o caput são aqueles cujos fatos geradores houverem ocorrido até a data do requerimento administrativo. constituídos ou não, inscritos ou não em Dívida Ativa e respectivos consectários legais, ressalvados aqueles cuja exigibilidade esteja suspensa por decisão judicial ou administrativa.

- §2º Os parcelamentos em curso não poderão ser migrados para o parcelamento instituído pela Lei nº 9.733/ 2022.
- §3º Nos termos do artigo 4º da Lei nº 9.733/ 2022, para continuidade do parcelamento, o devedor deverá manter a regularidade no cumprimento de suas obrigações tributárias perante a Secretaria de Estado de Fazenda.
- §4º Não se considera irregular o cumprimento, na hipótese de o devedor, no exercício do seu direito constitucional ao devido processo legal, impugnar administrativamente a constituição do crédito tributário, no âmbito do regular processo administrativo fiscal.
- §5º O débito cuja exigibilidade esteja suspensa por decisão judicial ou administrativa, cessada essa condição, poderá, a requerimento do devedor, ser incluído no parcelamento.
- §6º Os débitos a serem incluídos no parcelamento de que trata o caput serão consolidados na data do requerimento, com todos os acréscimos legais, conforme estipula o Decreto-Lei nº 05, de 15 de março de1975, que aprovou o Código Tributário do Estado do Rio de Janeiro (CTE).
- §7º O deferimento do pedido de adesão implica renúncia de qualquer pretensão de discussão dos débitos nele incluídos, englobando, também, a pretensão de depositar em juízo os valores das parcelas em vez de pagá-los por meio de DARJ.
- §8º A renúncia do parágrafo anterior não abrange os débitos que não tenham sido incluídos no parcelamento.
- §9º Ressalvada a hipótese prevista no § 5º deste artigo, não poderá o devedor incluir débitos após o requerimento formulado, sob pena de ser considerado realizado um novo parcelamento, sendo aplicado a esse novamente os limites previstos nos artigos 4º e 6º.
- Art. 2º Considera-se devedor, para fins desta resolução, todo empresário individual, empresa individual de responsabilidade limitada ou sociedade empresária que, nos termos da legislação vigente, tenha obtido o deferimento do processamento do seu pedido de Recuperação Judicial.
- Art. 3º Durante o parcelamento, o devedor assume a obrigação de manter o quantitativo de empregos informados no requerimento inicial, comprovando anualmente a manutenção do número de empregados, nos termos estipulados nesta Resolução, sob pena de rescisão do parcelamento.
- Art. 4º O parcelamento poderá ser requerido pelo devedor à SE-FAZ/RJ, para os débitos tributários não inscritos em dívida ativa, e à PGE/RJ, para os débitos inscritos em dívida ativa, após o despacho que deferir o processamento do seu pedido de Recuperação Judicial, especificando os débitos que pretende incluir no parcelamento.

Parágrafo único. O requerimento de parcelamento poderá ser feito enquanto o devedor permanecer na situação de recuperação, desde que não tenha havido trânsito em julgado da sentença que decretou o encerramento da recuperação judicial, nos termos do art. 63 da Lei federal nº 11.101/2005.

Art. 5º - A certidão de regularidade a que se refere o artigo 57 da Lei Federal nº 11.101/2005 requer a existência de causa de suspensão de exigibilidade em vigor para todos os débitos do devedor, nos termos do que determina o art. 151 do CTN.

#### Seção II Do cálculo e do pagamento das parcelas

- Art. 6º O montante do crédito tributário ou não tributário objeto do parcelamento será consolidado pela SEFAZ/RJ ou pela PGE/RJ, conforme o caso, com os devidos acréscimos legais, na data do requerimento.
- **Art. 7º** O cálculo das parcelas será realizado a partir da opção de metodologia de cálculo feita pelo contribuinte, na forma prevista no art. 7º do Decreto nº 49.889/2024.
- §1º Independentemente da metodologia de cálculo aplicada, o valor de cada parcela não poderá ser superior ao equivalente, em reais, a 25 (vinte e cinco) milhões de UFIR- RJ e não poderá ser inferior ao:
- I equivalente, em reais, a 100 (cem) UFIR-RJ para o microempre-endedor individual;
- II equivalente, em reais, a 500 (quinhentos) UFIR-RJ para microempresas e empresas de pequeno porte;
- III equivalente, em reais, a 2.500 (dois mil e quinhentos) UFIR-RJ para as demais pessoas jurídicas.
- §2º O percentual do faturamento utilizado para cálculo das parcelas definidas na forma do caput e do § 1º do art. 7º do Decreto nº 49.889/2024 será fixado segundo o prazo de quitação de débitos eleito pelo contribuinte no ato do protocolo do requerimento de parcelamento e os limites estabelecidos no parágrafo anterior, a partir do seguinte escalonamento:
- I até 2% (dois por cento) do faturamento para parcelamentos de até 24 meses:
- II 2,5% (dois e meio por cento) do faturamento para parcelamentos de 25 a 48 meses;
- III 3% (três por cento) do faturamento para parcelamentos de 49 a
- IV 3,5% (três e meio por cento) do faturamento para parcelamentos de 73 a 84 meses.
- §3º A opção de cálculo das parcelas baseada em percentual de faturamento deverá contemplar, proporcionalmente, o valor global de débitos sujeitos a parcelamento eventualmente requeridos pelo devedor de forma concomitante perante a SEFAZ/RJ e a PGE/RJ.
- §4º O cálculo do faturamento, compreendido como a receita bruta auferida pela empresa no mês anterior ao do vencimento de cada parcela, comprovada e auditável, deverá contemplar os seguintes elementos:
- a) o produto da venda de bens nas operações de conta própria;
- b) o preço da prestação de serviços em geral;
- c) o resultado auferido nas operações de conta alheia; e
- d) as receitas da atividade ou objeto principal da pessoa jurídica não compreendidas nas alíneas "a" a "c".
- §5º Cabe ao devedor durante o parcelamento apresentar, perante cada Órgão onde o parcelamento foi deferido, mensalmente, declaração do valor de receita bruta relativa ao mês imediatamente anterior, para a realização dos cálculos das respectivas parcelas.

- §6° A primeira parcela deverá ter o valor correspondente ao percentual mínimo de 10% (dez por cento) do valor consolidado do débito, observados os limites estabelecidos no §1°.
- §7º O deferimento do requerimento terá sua eficácia condicionada ao pagamento da 1ª parcela e será objeto de comunicação mútua entre a SEFAZ/RJ e a PGE/RJ.
- §8º Após o pagamento da primeira parcela, as demais parcelas deverão ser pagas de maneira consecutiva, vencíveis no último dia útil de cada mês, a partir do mês subsequente à ciência do deferimento, e observarão as seguintes disposições:
- I nos casos de parcelamento deferido na modalidade de divisão aritmética do saldo consolidado, haverá a incidência de juros de mora equivalentes à taxa referencial do Sistema de Liquidação e Custódia (SELIC), acumulada mensalmente, sobre o valor de cada parcela, que serão calculados desde o primeiro dia do mês subsequente à consolidação do parcelamento até o último dia do mês anterior ao do pagamento, e do percentual de 1% (um por cento) relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado;
- II em todos os casos, além da incidência de juros de mora sobre o valor das parcelas em atraso, haverá, adicionalmente, a incidência de multa de mora equivalente à taxa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, calculada a partir do primeiro dia subsequente ao vencimento do prazo da parcela até o dia em que ocorrer seu efetivo pagamento, limitada ao percentual de 20% (vinte por cento).
- §9º A parcela mensal será paga por meio de DARJ relativos aos débitos não inscritos e inscritos em Dívida Ativa, disponibilizados pela SEFAZ/RJ e pela PGE/RJ até o dia 25 do mês do pagamento, através dos respectivos processos de parcelamento ou, no caso de opção por divisão aritmética, por meio de disponibilização eletrônica.
- §10 Eventuais débitos não liquidados no momento do pagamento da última parcela serão submetidos à regra geral de cobrança e pagamento de dívidas estaduais, com regular intimação do contribuinte para recolhimento do saldo devedor, ressalvada a possibilidade legal de ingresso em outro programa de parcelamento que venha a ser editado após a adesão do parcelamento tratado na presente Resolução.
- §11 Havendo o encerramento do parcelamento em um dos Órgãos, o limite do § 2º será aproveitado pelo Órgão onde permanecer o parcelamento.
- §12 A metodologia de cálculo escolhida pelo devedor não poderá ser alterada durante o parcelamento.
- Art. 8º O contribuinte com parcelas inadimplentes deverá solicitar à SEFAZ/RJ ou à PGE/RJ, através do respectivo processo de parcelamento ou via sistema informatizado, emissão de novo DARJ, que será emitido em até 3 (três) dias úteis e englobará os acréscimos moratórios devidos até a nova data de pagamento escolhida pelo contribuinte.
- Art. 9º A SEFAZ/RJ e a PGE/RJ manterão registros com todos os valores correspondentes ao débito consolidado, saldo devedor e parcelas pagas, com indicação dos valores relativos aos acréscimos moratórios e à amortização.
- §1º Para fins de cálculo da amortização dos débitos consolidados, os pagamentos das parcelas serão alocados proporcionalmente, seguindo como parâmetro a relação existente entre:
- I o valor consolidado de cada um dos débitos incluídos no parcelamento e o valor total parcelado, aferidos na data da consolidação;
- II o valor principal e o valor de juros de mora e de eventuais multas acrescidos no valor da parcela, aferidos na data de pagamento.
- §2° O valor do saldo devedor do parcelamento será atualizado mensalmente, pela SEFAZ/RJ ou pela PGE/RJ, de acordo com o estabelecido no artigo 173 do CTE.

#### Seção III Das condições de parcelamento sujeitas à fiscalização

- Art. 10 Para a validade do parcelamento deferido ao contribuinte, deverão ser apresentados à SEFAZ/RJ e à PGE/RJ, periodicamente, os seguintes documentos comprobatórios das condições previstas nos artigos 2º, § 3º, 5º e 7º, §2º do Decreto nº 49.889/2024:
- I semestralmente, comprovação de regularidade fiscal relativo aos fatos geradores posteriores ao requerimento administrativo;
- II anualmente, até o dia 20/07, a comprovação da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) da pessoa jurídica, com objetivo de cumprir a obrigação de manter o quantitativo de empregos informados no momento do requerimento;
- III mensalmente, até o dia 15 (quinze) do mês do pagamento, demonstrativo da receita bruta no mês anterior, em planilha eletrônica, especificado por estabelecimento, bem como consolidado por conjunto de estabelecimentos de mesma raiz de CNP.1
- §1º A entrega da documentação deverá ser formalizada perante o processo administrativo vinculado ao parcelamento deferido em cada órgão.
- $\S2^o$  O demonstrativo mensal de receita bruta deverá contemplar os mesmos elementos financeiros exigidos pelo  $\S$  4º do art. 7º.
- §3º Na falta de apresentação tempestiva da informação de que trata o inciso III, será utilizada como referência para a fiscalização e para cálculo do valor da parcela a vencer a última informação apresentada pelo contribuinte para a SEFAZ/RJ ou PGE/RJ, ficando a emissão de novo DARJ condicionada à regularização da situação e pagamento de eventual diferença apurada.
- §4º As informações decorrentes das obrigações tratadas neste artigo poderão ser objeto de compartilhamento entre a PGE/RJ e a SE-FAZ/RJ e estarão sujeitas à fiscalização a cada período de 6 (seis) meses ou a qualquer momento, conforme avaliação da Administração Tributária estadual.
- §5º A SEFAZ/RJ e a PGE/RJ poderão exigir documentos complementares para aferir a veracidade e a consistência das informações prestadas pelo contribuinte.

# Seção IV Das hipóteses de rescisão do parcelamento

- Art. 11 O parcelamento será considerado rescindido:
- ${\bf l}$  independentemente de comunicação prévia, ficando o saldo devedor automaticamente vencido, nas seguintes hipóteses:
- a) quando não houver manutenção do quantitativo de empregados em seu curso, conforme art.  $3^{\circ}$ ;
- b) atraso superior a 90 (noventa) dias contados do vencimento, no recolhimento de qualquer das parcelas subsequentes à primeira:
- c) quando for decretada a falência do devedor no curso do parcelamento ou extinto o pedido de recuperação judicial pela ausência dos seus requisitos:

- II respeitado o devido processo legal, mediante prévia observância ao contraditório e exercício da ampla defesa, nas seguintes hipóte-
- a) quando for verificada omissão de receitas no faturamento apresentado pelo devedor, após a realização de auditoria por parte da SE-FAZ/RJ:
- b) pelo descumprimento de qualquer outra obrigação estabelecida na Lei nº 9.733/2022, no Decreto nº 49.889/2024 e nesta Resolução.
- §1º Na ocorrência de qualquer hipótese, o saldo remanescente será calculado, observado o art. 168 do CTE, e inscrito em Dívida Ativa ou encaminhado para prosseguimento da execução, vedado, em qualquer caso, novo parcelamento desse valor com base na Lei nº 9.733/2022.
- §2º Caso haja parcelamento concomitante do devedor perante a SE-FAZ/RJ e a PGE/RJ, a ocorrência da hipótese prevista na alínea "b" do inciso I, em qualquer um dos Órgãos, implicará a rescisão do parcelamento perante o outro Órgão.
- §3º Nas hipóteses das alíneas "a" e "b" do inciso II e enquanto não decidida a impugnação administrativa, o devedor deverá realizar o pagamento do valor incontroverso, de forma a não caracterizar a inadimplência. Com o advento da decisão administrativa, e se houver saldo a ser pago, o devedor deverá complementar na próxima prestação que se vencer, não incluindo o saldo devedor na limitação de percentual prevista no presente Decreto.
- §4º A identificação de qualquer hipótese de rescisão do parcelamento deverá ser objeto de comunicação mútua entre a SEFAZ/RJ e a PGE/RJ.
- $\S 5^{o}$  A PGE/RJ deverá comunicar à SEFAZ/RJ quando identificado o evento elencado na alínea "c" do inciso I.

#### CAPÍTULO II DO PARCELAMENTO DOS DÉBITOS TRIBUTÁRIOS NÃO INSCRI-TOS EM DÍVIDA ATIVA

- Art. 12 No caso de débitos tributários não inscritos em dívida ativa, o contribuinte em recuperação judicial deverá direcionar seu requerimento de parcelamento de débitos à SEFAZ/RJ, perante a Auditoria-Fiscal Regional de acompanhamento a que está vinculado.
- **Art. 13** O requerimento será protocolado por meio do sistema eletrônico de informações SEI e seguirá a forma estabelecida em ato normativo específico, acompanhado dos seguintes documentos:
- I cópia da carteira de identidade e da inscrição do Cadastro de Pessoa Física (CPF) do signatário, bem como documentos de representação do mandatário do contribuinte:
- II cópia do contrato social da empresa e de suas alterações, ou úl-
- III comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) e de inscrição estadual do contribuinte;
- IV cópia de despacho que deferiu o processamento de pedido de recuperação judicial e a permanência da situação de recuperação, nos termos do art. 61 da Lei federal nº 11.101/2005;
- V relação de todos os débitos tributários e não tributários, conforme previsão do § 1º do artigo 1º da Lei nº 9.733, de 26 de junho de 2022, existentes em nome do estabelecimento, na condição de contribuinte ou de responsável, incluídos aqueles que estejam com exigibilidade suspensa, na forma estabelecida em ato normativo específico, observado o preenchimento em separado por estabelecimento e conforme o tipo de débito;
- VI declaração que indique se o devedor solicitou ou pretende solicitar o parcelamento de débitos, com base nesta Resolução, junto à PGE/RJ:
- VII comprovação do valor de receita bruta auferida pelo estabelecimento no mês anterior ao protocolo do requerimento de parcelamento, considerando o disposto no § 4º do art. 7º;
- VIII relação de todas as ações judiciais ou embargos à execução em que figure como parte e que tenha por objeto débitos tributários e não tributários relativos ao Estado do Rio de Janeiro;
- IX comprovação da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) da pessoa jurídica;
- X comprovação da condição de Microempresa Individual (MEI), Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP);
- ${\bf XI}$  comprovante de recolhimento da taxa de serviços estaduais.
- §1º Nos casos que figure um conjunto de estabelecimentos de mesma raiz de CNPJ, o requerimento deverá ser apresentado pelo estabelecimento principal da pessoa jurídica e conter todos os débitos dos demais estabelecimentos indicados nos atos constitutivos, nos balanços patrimoniais, ou, ainda, nas demonstrações financeiras consolidadas apresentadas.
- §2º O órgão receptor do pedido fará a verificação documental e, em caso de pendências, o requerente terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para saná-las, contados da data da ciência da intimação, sob pena de indeferimento do requerimento.

#### CAPÍTULO III DO PARCELAMENTO DOS DÉBITOS INSCRITOS EM DÍVIDA ATI-VA

- Art. 14 O No caso de débitos inscritos em dívida ativa, o devedor em recuperação judicial deverá direcionar seu requerimento de parcelamento de débitos à PGE/RJ perante a Procuradoria da Dívida Ativa
- Art. 15 Caso o devedor possua débitos atualmente em parcelamento e pretenda incluí-los no parcelamento previsto pela presente Resolução, deverá solicitar previamente o cancelamento dos atuais parcelamentos, ficando os referidos débitos sujeitos à consolidação prevista no artigo 168 do CTE.
- **Art. 16 -** O requerimento será protocolado por meio do sistema eletrônico de informações SEI, devendo ser indicado endereço eletrônico para comunicações (e-mail) e acompanhado dos seguintes documentos:
- I cópia da carteira de identidade e da inscrição do Cadastro de Pessoa Física (CPF) do signatário, bem como documentos de representação do mandatário do contribuinte;
- ${f II}$  cópia do contrato social da empresa e de suas alterações, ou última alteração com consolidação;
- III comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) e de inscrição estadual do contribuinte;
- ${
  m IV}$  cópia de despacho que deferiu o processamento de pedido de recuperação judicial, e a permanência da situação de recuperação, nos termos do artigo 61 da Lei federal nº 11.101/2005;

- V declaração que indique todos os débitos tributários e não tributários, existentes em nome do devedor, na condição de contribuinte ou de responsável, observado como devedor a raiz do CNPJ;
- VI declaração que indique se o devedor solicitou ou pretende solicitar o parcelamento de débitos, com base nesta Resolução, junto à SEFAZ/RJ;
- VII comprovação do valor de receita bruta auferida pelo estabelecimento no mês anterior ao protocolo do requerimento de parcelamento, considerando o disposto no  $\S$  4° do art. 7°;
- VIII documento com relação de todas as ações judiciais ou embargos à execução em que figure como parte e que tenha por objeto débitos tributários e não tributários relativos ao Estado do Rio de Janeiro, devendo ser considerada a raiz de CNPJ;
- IX comprovação da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) da pessoa jurídica,;
- X comprovação da condição de Microempresa Individual (MEI), Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP);
- XI comprovante de recolhimento da taxa de serviços estaduais
- §1º Nos casos que figure um conjunto de estabelecimentos de mesma raiz de CNPJ, o requerimento deverá ser apresentado pelo estabelecimento principal da pessoa jurídica e indicar todos os débitos dos demais estabelecimentos indicados nos atos constitutivos, nos balanços patrimoniais, ou, ainda, nas demonstrações financeiras consolidadas apresentadas
- §2º A Procuradoria da Dívida Ativa fará a verificação documental e, em caso de pendências, o requerente terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para saná-las, contados da data da ciência da intimação, sob pena de indeferimento do requerimento.
- Art. 17 Deferido o requerimento, o contribuinte será intimado para pagamento da primeira parcela, calculada conforme o disposto no § 6º do art. 7º, por meio de DARJ disponibilizado eletronicamente nos autos do processo de protocolo do requerimento
- Art. 18 No caso de parcelamento de débito inscrito em dívida ativa, o débito consolidado incluirá:
- I custas judiciais, emolumentos, taxa judiciária e demais encargos
- II honorários advocatícios previstos na Lei federal nº 8.906, de 04 de julho de 1994, e devidos em favor do Centro de Estudos Jurídicos da Procuradoria Geral do Estado Fundo Orçamentário, na forma do disposto no art. 5º, Parágrafo Único, da Lei nº 772, de 22 de agosto de 1984 e alterações posteriores, devidos à razão de:
- a) 4% (quatro por cento) para débitos não ajuizados e de;
- b) 4,5% (quatro e meio por cento) para débitos ajuizados.
- §1º Caso o requerente opte pela modalidade de pagamento parcelado, a verba mencionada no caput:
- I será paga uma única vez, juntamente com a primeira parcela, desde que obedecidos os limites mínimos e máximos mensais de cada parcela e os limites de percentual do faturamento, previstos, respectivamente, nos  $\S1^\circ$  e  $\S2^\circ$  do art.  $7^\circ$ ;
- II caso o pagamento em parcela única supere o limite estabelecido no inciso I acima, o pagamento será parcelado, sendo a primeira par-cela calculada no valor máximo possível e o saldo incluído na parcela seguinte e assim sucessivamente, até a quitação total da verba, obe-decidos os limites mínimos e máximos mensais de cada parcela e os limites de percentual do faturamento, previstos, respectivamente, nos §1º e §2º do art. 7º; e
- III será paga em conjunto com o DARJ disponibilizado para o pagamento das parcelas.
- Para a apuração dos limites mínimos e máximos estabelecidos no § 1º do art. 7º e os limites de percentual do faturamento previstos no § 2º do art. 7º será considerado o débito total parcelado, abrangendo a dívida originária inscrita, multa, correção, juros e outros con-sectários legais e os honorários previstos no caput.
- §3º Caso o valor da parcela mensal alcance o percentual máximo previsto no § 2º do art. 7º, o pagamento dos honorários será dedu-zido do montante final apurado para a respectiva parcela calculada a partir da incidência do percentual sobre faturamento, sendo conside-rada quitada a parcela, ainda que o valor correspondente à quitação da obrigação principal seja inferior ao percentual total que estaria o devedor obrigado a pagar mensalmente, quando a diferença for utilizada para pagamentos dos honorários previstos neste artigo.
- §4º Os honorários previstos referem-se apenas ao trabalho de análise e cobrança do débito fiscal decorrente da inscrição em dívida ativa e pago nos termos desta Resolução, sendo devidos integralmente va e pago nos termos termos desta Nesolução, sento devidos integramente os honorários fixados em outras demandas em que se questionava o débito objeto de liquidação conforme as normas aqui previstas.
- Art. 19 Na hipótese de prosseguimento da cobranca de saldo de Art. 19 - Na hipotese de prosseguimento da cobrança de saldo devedor por meio de executivo fiscal, os valores pagos à título de honorários advocatícios, por força da presente Resolução, serão considerados como adiantamento, abatendo-se essa parte do valor total devido a título de honorários no executivo fiscal, admitido o prosseguimento da cobrança pela diferença ainda devida.
- Art. 20 A PGE/RJ, por meio da Procuradoria da Dívida Ativa, promoverá o cálculo das parcelas restantes a partir da opção de base de cálculo feita pelo contribuinte, na forma prevista no art. 7º do Decreto nº 49.889/2024.

Parágrafo Único - Para fins de aplicação das regras dispostas no caput, será considerado na base de cálculo da parcela fixada em percentual sobre faturamento, o valor de receita bruta informado no protocolo de requerimento de parcelamento, observado o constante no §

# CAPÍTULO IV DISPOSIÇÕES FINAIS

- Art. 21 A decisão sobre o requerimento de parcelamento será encaminhada para ciência da SEFAZ/RJ ou da PGE/RJ via processo eletrônico, a depender do órgão de protocolo do requerimento de par-
- Parágrafo único. A PGE/RJ comunicará a decisão tratada no caput ao juízo onde se processa a recuperação judicial do devedor.
- Art. 22 Caso o devedor informe que não possui ou não pretende o parcelamento de débitos inscritos em dívida ativa, a SEFAZ/RJ deverá comunicar o requerimento à PGE/RJ para que acompanhe o processo e informe eventual decretação de falência do contribuinte.
- Parágrafo único. O acompanhamento do processo de recuperação judicial de devedor sujeito a parcelamento de crédito tributário ou não tributário inscrito em dívida ativa será feito pela PGE/RJ, por meio da Procuradoria de Dívida Ativa.
- Art. 23 Esta Resolução Conjunta entrará em vigor na data de sua

Rio de Janeiro, 29 de agosto de 2025

JULIANO PASQUAL

**RENAN MIGUEL SAAD** Procurador-Geral do Estado

ld: 2675109

### SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E CONTRATOS

#### ATO DO SUPERINTENDENTE

PORTARIA SEFAZ/SUPCC Nº 796 DE 01 DE SETEMBRO DE 2025

INSTITUI EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO.

O SUPERINTENDENTE DE COMPRAS E CONTRATOS, no uso de suas atribuições legais, atribuídos no inciso VI, art. 17, da Resolução SEFAZ nº 409/2022, e art. 2º da Resolução SEFAZ nº 761 de 11 de fevereiro de 2025, e considerando o Documento de Formalização da Demanda (SEI 110875519), presente no processo administrativo nº SEI-040002/003186/2025,

#### RESOLVE:

- Art. 1° Designar o servidor MARCUS VINICIUS MOTTA DA SILVA, portador da Id. Funcional nº 5074061-0, e a servidora EDNA MEDEI-ROS DE SOUZA, portadora da Id. Funcional nº 5005247-0, na qualidade de integrantes demandantes/técnicos, e a servidora ANA RE-GINA MINA DA SILVA, portadora da Id. Funcional nº 501/0259-1, na qualidade de integrante administrativo para compor a Equipe de Planeiamento da Contratação.
- Art. 2º Caberá à Equipe de Planejamento da Contratação praticar todos os atos que lhe sejam afetos conforme o previsto no Decreto nº 48.816, de 24 de novembro de 2023, Decreto nº 48.650, de 23 de agosto de 2023 e Resolução SEFAZ nº 409 de 07/07/2022.
- Art. 3º Além das atribuições previstas no artigo anterior, compete também a Equipe de Planejamento da Contratação, acompanhar e apoiar no que for determinado pelas áreas responsáveis as atividades presentes na execução da etapa de planejamento da contratação, conforme definido a seguir:
- I Integrante demandante: identificar as necessidades do setor e formalizar a demanda por intermédio do Documento de Formalização da Demanda, na forma do Decreto nº 48.650 de 23 de agosto de 2023, artigo 2º, inciso XVIII.
- II Integrante técnico: analisar o Documento de Formalização da Demanda e promover a agregação de valor e a compilação de necessidades de mesma natureza, na forma do Decreto nº 48.650 de 23 de agosto de 2023, artigo 2º, inciso XIX.
- III Integrante administrativo: prestar auxílio aos setores demandantes na elaboração dos documentos preliminares das contratações públi-cas, nos termos da Resolução SEFAZ nº 409 de 07/07/2022, artigo

19, inciso IV.

Parágrafo Único - Os papéis de integrante demandante e integrante técnico devem ser ocupados por servidores que detenham conhecimentos sobre aspectos técnicos-operacionais e de uso do objeto, licitações e contratos, dentre outros, e poderão ser exercidos pelo mesmo agente público, desde que, no exercício dessas atribuições, de-tenha conhecimento técnico-operacional sobre o objeto demandado.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 01 de setembro de 2025
PEDRO HENRIQUE PORCIÚNCULA BARRADAS Superintendente de Compras e Contratos

ld: 2675049

### SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO SUPERINTENDÊNCIA DE RECURSOS HÚMANOS

#### ATO DA SUPERINTENDENTE DE 29/08/2025

DESIGNA GABRIEL MORAIS DE BRITO, identidade funcional no DESIGNA GABRIEL MORAIS DE BRITO, identidade funcional nº 5022483-2, para exercer a função de Agente de Pessoal das Unidades Administrativas: 120103000000000, 120103010000000 e 120103020000000 - da Subsecretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação, da Secretaria de Estado de Fazenda, cessando os efeitos da designação JULIA RIBEIRO PIRES, identidade funcional nº 5161725-0. Processo SEI-040227/000075/2023.

ld: 2674881

# SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO SUPERINTENDÊNCIA DE RECURSOS HÚMANOS

# ATO DA SUPERINTENDENTE DE 01/09/2025

DESIGNA ANA LUCIA DE ALMEIDA REBOUCAS, Agente de Fazenda 1ª Categoria, identidade funcional nº 2040883-8, para ter exercício na Assessoria de Comunicação, da Secretaria de Estado de Fazenda, com validade a contar de 04 de agosto de 2025. Processo nº SEI-040002/003041/2025.

ld: 2675108

# SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO SUPERINTENDÊNCIA DE RECURSOS HÚMANOS

#### DESPACHO DA SUPERINTENDENTE DE 29/08/2025

PROCESSO № SEI-04/011/000005/2019 - ANA LUCIA NONATO DA SILVA REIS, Analista da Fazenda Estadual, identidade funcional nº 4429750-5. AUTORIZO o gozo licença prêmio no período de 01/09/2025 a 30/09/2025.

ld: 2674880

#### SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA SUBSECRETARIA DE ESTADO DE RECEITA

ATO DO SUBSECRETÁRIO

PORTARIA SSER Nº 426 DE 29 DE AGOSTO DE 2025

DIVULGA AS METAS DE ARRECADAÇÃO PA-RA OS FINS QUE MENCIONA.

O SUBSECRETÁRIO DE ESTADO DE RECEITA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 134, de 29 de dezembro de 2009, e na Resolução SEFAZ Nº 628, de 10 de maio de 2013, e tendo em vista o constante dos autos do Processo nº SEI-040150/000003/2025;

#### **RESOLVE:**

Art.  $1^{\circ}$  - As metas de arrecadação para o  $2^{\circ}$  semestre de 2025 para os fins do disposto no §§  $2^{\circ}$  e  $3^{\circ}$  do artigo 13 da Lei Complementar nº 134/09 a serem cumpridas pelos grupos, são as estabelecidas a seguir

Meta Geral 2° Semestre 2025	R\$ 32.742.227.725,34
Grupo A e D - Inspetorias Especializadas	R\$ 30.468.058.932,62
Grupo A e D - Inspetorias Regionais	R\$ 1.194.904.544,81
Grupo B e E - Grupo Especial de Receitas não Tributárias	R\$ 13.945.166.804,00
Grupo C e F - Órgãos Centrais	R\$ 32.742.227.725,34

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro. 29 de agosto de 2025

ADILSON ZEGUR Subsecretário de Estado de Receita

ld: 2674934

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA SUBSECRETARIA DE ESTADO DE RECEITA SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO E INTELIGÊNCIA FISCAL

## ATO DO SUPERINTENDENTE

PORTARIA SEFAZ/SUFIS N° 844 DE 31 DE AGOSTO DE 2025

DECLARA O CANCELAMENTO DE INSCRI-ÇÃO ESTADUAL E A INIDONEIDADE DOS DOCUMENTOS FISCAIS.

O SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO E INTELIGÊNCIA FIS-CAL/no uso das atribuições conferidas pelo art. 66, do Anexo I, da Parte II, da Resolução SEFAZ nº 720, de 04 de fevereiro de 2014, e pelo art. 1º, da Resolução SER nº 038, de 18 de julho de 2003, e em decorrência do procedimento administrativo instaurado por meio da Portaria SAF N° 394 DE 26 DE ABRIL DE 2022, constante do processo n° SEI-E-04/226/21/2021, no qual foram observadas todas as formalidades exigidas pela legislação e garantido ao contribuinte o direito à ampla defesa e contraditório.

Art. 1º - Declarar o cancelamento da seguinte inscrição estadual, com fulcro no art. 66, do Anexo I, da Parte II, da Resolução SEFAZ nº 720, de 04 de fevereiro de 2014:

Razão Social: CLEAN SURGICAL COMÉRCIO E SERVICOS LTDA Inscrição Estadual: 78.240.849 CNPJ: 30.156.186/0001-33

Endereço: RUA DOUTOR RICARDO QUITETE, 80 SALA: 07 Parque Joquei Club - CAMPOS DOS GOYTACAZES RJ 28.020-155

Fundamento legal: Incisos I e III do Art. 60 do Anexo I, da Parte II, da RESOLUÇÃO SEFAZ Nº 720 DE 04 DE FEVEREIRO DE 2014, c/c os incisos I e III do Art. 44-B da LEI Nº 2657 DE 26 DE DEZEMBRO DE

Parágrafo Único/- Os efeitos do cancelamento da inscrição estadual retroagirão à data de 21/04/2020, por força do art. 61, § 4º, I, do Anexo I, da Parte II, da Resolução SEFAZ nº 720, de 04 de fevereiro de

Art. 2º - Declarar a inidoneidade dos documentos fiscais emitidos, desde a data indicada no parágrafo único do artigo anterior, pelo detentor da inscrição estadual nº 78.240.849 com apoio no art. 24, XVI, do livro VI, do Decreto nº 27.427, de 17 de novembro de 2000.

Parágrafo Único/- O contribuinte que tenha efetuado registros com base nos documentos fiscais acima mencionados e não adotar as providências previstas na legislação em vigor, inclusive o estorno dos créditos decorrentes, sujeitar-se-á às sanções legais pertinentes.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 31 de agosto de 2025

JOSÉ EDUARDO LOPES TEIXEIRA FILHO Superintendente de Fiscalização e Inteligência Fiscal

ld: 2674932

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA SUBSECRETARIA DE ESTADO DE RECEITA SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO E INTELIGÊNCIA FISCAL

ATO DO SUPERINTENDENTE

PORTARIA SEFAZ/SUFIS N° 845 DE 31 DE AGOSTO DE 2025

DECLARA O CANCELAMENTO DE INSCRI-ÇÃO ESTADUAL E A INIDONEIDADE DOS DOCUMENTOS FISCAIS.

O SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO E INTELIGÊNCIA FIS-CAL,/no uso das atribuições conferidas pelo art. 66, do Anexo I, da Parte II, da Resolução SEFAZ nº 720, de 04 de fevereiro de 2014, e pelo art. 1º, da Resolução SER nº 038, de 18 de julho de 2014, e em decorrência do procedimento administrativo instaurado por meio da Portaria SAF Nº 394 DE 26 DE ABRIL DE 2022, constante do processo nº SEI-040223/000050/2022, no qual foram observadas todas as formalidades exigidas pela legislação e garantido ao contribuinte o direito à ampla defesa e contraditório.

Art. 1º - Declarar o cancelamento da seguinte inscrição estadual, com fulcro no art. 66, do Anexo I, da Parte II, da Resolução SEFAZ nº 720, de 04 de fevereiro de 2014:

Razão Social: SFB COMERCIO DE EMBALAGENS E METAIS LTDA Inscrição Estadual: 12.294.62-0 CNPJ: 44.335.408/0001-90

Endereço: RUA MARIA JANUARIA, 52 LT 52 - JARDIM JOSE BO-NIFACIÓ - SÃO JOÃO DE MERITI - RJ - BRASIL - 25.515-331

Fundamento legal: Incisos I e III do Art. 60, do Anexo I, da Parte II, da Resolução SEFAZ nº 720/2014, c/c o Art. 44-B, I e III, da Lei nº  $^{\circ}$ 

Parágrafo Único/- Os efeitos do cancelamento da inscrição estadual

retroagirão à data de 23/11/2021, por força do art. 61, § 4º, I, do Anexo I, da Parte II, da Resolução SEFAZ nº 720, de 04 de fevereiro de Art. 2º - Declarar a inidoneidade dos documentos fiscais emitidos,

desde a data indicada no parágrafo único do artigo anterior, pelo detentor da inscrição estadual nº12.294.62-0 com apoio no art. 24, XVI, do livro VI, do Decreto nº 27.427, de 17 de novembro de 2000.

Parágrafo Único/- O contribuinte que tenha efetuado registros com base nos documentos fiscais acima mencionados e não adotar as providências previstas na legislação em vigor, inclusive o estorno dos créditos decorrentes, sujeitar-se-á às sanções legais pertinentes

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro. 31 de agosto de 2025

JOSÉ EDUARDO LOPES TEIXEIRA FILHO Superintendente de Fiscalização e Inteligência Fiscal

ld: 2674931